

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

POLÍTICA E REVOLUÇÃO NO BRASIL: O OLHAR DE ABGUAR BASTOS
Bolsista: Jeffrey Luiz Sevalho Miller, CNPq

MANAUS/JULHO DE 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB – H – 0003/2009

POLÍTICA E REVOLUÇÃO NO BRASIL: O OLHAR DE ABGUAR BASTOS

Bolsista: Jeffrey Luiz Sevalho Miller, CNPq

Orientador: Profo Dro Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto

MANAUS
2010

RESUMO

Este estudo *Política e Revolução no Brasil: o olhar de Abguar Bastos*, busca trazer para a compreensão e debate os assuntos relacionados ao processo de modernização e integração política, econômica, social e cultural do Brasil a partir da análise e interpretação da obra *História da Política Revolucionária do Brasil*. Abguar Bastos, na referida obra, traz a lume de forma detalhada todo o processo político da formação social e cultural do país desde os primeiros momentos da colonização até o século XX, momento crucial para as revoluções mais importantes do país. A abordagem do autor refaz o processo de formação da nacionalidade e ao mesmo tempo, denuncia todas as medidas contraditórias que retardaram o processo de desenvolvimento da nação. O autor destaca todos os focos de revolução existentes em todo o território nacional, da busca das novas possibilidades geradas pelo advento da modernidade, e ainda destaca as manifestações dos diversos setores da sociedade na busca de uma identidade nacional para o país. Destaca o conjunto de revoluções como sendo partes constitutivas de uma só, por um mesmo objetivo, de buscar melhores condições civilizatórias e para as transformações no sentido político, social e cultural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
3 DESENVOLVIMENTO.....	8
3.1 A Revolução como Processo da Modernidade.....	13
3.2 As Revoluções e seus Sentidos.....	18
4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES	
4.1 Conclusão.....	19
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20

INTRODUÇÃO

Muito foi comentado e ainda se comenta sobre o processo de modernização do Brasil. Muitos autores se dedicaram e continuam se dedicando em procurar entender os processos revolucionários no país de vários horizontes e possibilidades. Neste contexto, Abguar Bastos em sua obra, *História da Política Revolucionária no Brasil*, trás uma importante e original contribuição para a compreensão do processo político e revolucionário brasileiro. O autor, dentro de suas atribuições intelectuais e políticas configura seu olhar dentro da perspectiva socialista, o que direciona sua interpretação para um horizonte mais amplo para o melhor entendimento para a compreensão sociológica dos processos revolucionários e seus sentidos.

Vale ressaltar a importância desta obra, que tem sido pouco comentada, mas que é sob muitos aspectos, fundamental para a compreensão dos acontecimentos que antecederam e fizeram parte do projeto de busca de uma identidade nacional. Abguar Bastos, analisa os caminhos da política revolucionária brasileira desde o início da colônia até as revoluções do século XX. A obra não aborda apenas os fatos históricos como acontecimentos, mas além, retrata sua composição a partir do processo em que se desencadearam revoltas em diversas partes do país.

A independência de 1822 não foi suficiente para o Brasil constituir uma nova configuração para sua história, favorecendo a continuidade do regime oligárquico, que ainda assegurava suas bases. Em 1888, o Brasil aboliu a escravidão e a monarquia colonial cedeu. Com a proclamação da república houve algumas transformações, principalmente nos setores econômico e industrial. Por outro lado as questões sociais continuavam esquecidas, prevalecendo o poder e o controle do país nas mãos das elites agrárias remanescentes. As desigualdades sociais são latentes e não demora para que surgissem os primeiros gritos de revolta do povo na luta contra a opressão e

reivindicação dos seus direitos.

Da busca pela formação de uma identidade nacional surgem os movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, grupos republicanos, anarquistas e outros. Buscava-se um horizonte de modernidade para o Brasil. Ganhando força com alguns movimentos sociais e culturais e posteriormente, nos anos 30, a contribuição intelectual se tornou mais evidente com as idéias modernistas. Discutiam-se questões relevantes para as novas condições e estrutura do país. As condições econômicas, sociais, políticas, regionais e culturais estavam em pauta. Contudo, seria inevitável a tentativa de apagar um passado tão conflituoso e cheio de tensões decorrentes da condição histórica do Brasil.

Como ponto de partida para a interpretação, não podemos deixar de ressaltar a importância intelectual e o engajamento política do autor. Abguar Bastos nasceu em 1904, em Belém do Pará e faleceu em 26 de março de 1995, em São Paulo. Iniciou-se na literatura como poeta e depois como romancista. Exerceu em seu estado o jornalismo e foi promotor público no estado do Amazonas. Após a revolução de 30 ocupou posições de destaque político-administrativas no Pará. Abguar Bastos, foi deputado federal pelo seu estado em 1934(Partido liberal), combateu ativamente no parlamento os excessos do governo de então 1935, pelo que foi preso sob o estado de guerra instalado no país,e que resultou no fechamento do congresso em 1937, juntamente com a instalação da ditadura até 1945. Passando a morar em São Paulo, foi eleito novamente deputado federal por este estado em 1955, pelo (P.T.B). Fundou a Frente Parlamentar Nacionalista, foi membro fundador da U.B. E (União Brasileira de Escritores), atuou como representante junto ao governo Brasileiro em Varsóvia, além de integrar e participar do movimento modernista e da revolução de 30.

Abguar Bastos sempre buscou manifestar suas convicções revolucionárias, idéia presente em todo o conjunto de sua obra, seja ela de cunho etnográfico, histórico, sociológico e ficcional. Produziu obras importantes não esquecendo suas raízes do norte. Em 1930 publicou *A*

Amazônia que ninguém sabe, mais tarde reeditado com o título de *Terra de Icamiba*. Em 1936 publicou *Certos Caminhos do Mundo* e em 1937, o romance *Safra*, além de outros manifestos e novelas ao longo do século.

Em 1969 publicou *História da Política Revolucionária no Brasil*, em dois volumes. Este trabalho busca uma compreensão sobre as transformações que desencadearam, de forma mais ampla, os caminhos dos diversos focos revolucionários em todas as suas partes elementares. Pretendemos assim, demonstrar a relevância dos movimentos sociais, políticos e culturais e do estudo para um empreendimento visando à valorização desta importante obra.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como mencionamos na introdução, para a elaboração desta pesquisa, inicialmente, consultamos importantes autores e obras que abordaram e discutiram a idéia de modernidade no Brasil, dentre os quais destacamos: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira e Formação do Brasil Contemporâneo*, Florestan Fernandes, *A revolução Burguesa no Brasil*, Octávio Ianni, *A Idéia de Brasil Moderno*, Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira e A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias*, entre outros.

A Revolução como Processo da Modernidade

No capítulo inicial da obra, intitulado *Processo de Emancipação da Nacionalidade*, Abguar Bastos direciona sua análise sobre as mudanças e transformações ocorridas no Brasil com o advento da modernidade. Após a primeira guerra (1914-1918), o Brasil favorecido pela nova ordem econômica mundial precisava acompanhar e atender as novas necessidades de um país pré-industrial. O país tinha o café como principal produto comercial, logo, precisava criar subsídios e valorizar seu mercado interno e externo. O início da industrialização no Brasil significou não só a valorização comercial, mas fatalmente, gerou na nação um sentimento de nacionalidade.

Esta consciência de nacionalismo não corresponde apenas a este momento histórico, mas como sugere o autor, para entender melhor este problema é necessário analisar as raízes do processo histórico do país. A partir do momento em que se instalou uma corte no Brasil, os temas ligados as novas mudanças ocorridas no mundo, inevitavelmente recairia sobre os planos da administração do país. Surgiram as expressões nativistas, um sentimento de berço, de resistência contra a opressão do colonialismo e que começou a tomar forma de nacionalismo que implicaria numa nova tomada de consciência de estado e de nação.

Da luta dos índios contra a ocupação e suas terras; do mestiço contra os métodos de exploração e subjugação do colonialismo, que se agravava pelos conflitos de etnia; e, afinal, da luta do brasileiro (já amparado por institutos jurídicos e já étnica e culturalmente modelados), contra a tutela de estados opressores, formou-se o contorno de um estado de consciência dos conflitos históricos, que fomentou os vários tipos de luta a serem desencadeados com mais energia: a dos povos livres contra governos usurpadores e escravizadores; a do trabalhador contra Estados patronais; a do povo já organizado jurídica, territorial, religiosa e economicamente, contra os que insistiam em mantê-lo sob o regime de independência e exploração. (BASTOS, 1969, p.18).

Dentro desta perspectiva, destaca-se a vinda da família real portuguesa, mesmo que tenha sido forçada pelas tropas napoleônicas, cumpre um importante papel na inclusão do Brasil na modernidade. A abertura dos portos em 1808 foi fundamental para o escoamento comercial. Influenciada pela política militar e econômica da Inglaterra, Portugal expandiu seu comércio

exportando para o mundo inteiro os produtos destas terras. Nesta nova condição é importante destacar uma série de mudanças estruturais que ocorriam como a instalação de ministérios, conselhos, juntas, cortes de justiça, imprensa nacional, bancos, academias militares, etc. Em 1815, sendo elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves, o Brasil então passava a ter uma nova estrutura de estado juntamente com sua emancipação econômica e política, dava um importante passo em seu processo de modernização.

Em 1820, Portugal ainda estava sob a tutela da Inglaterra, o que gerou revolta dos portugueses em Lisboa contra a ocupação inglesa. O movimento constitucional em Portugal influenciou no Brasil a criação de juntas governamentais provisórias. Em 1821, devido as pressões políticas, D. João com receio de perder o trono, retorna a Portugal deixando o Brasil sob a administração de uma junta militar e do príncipe D. Pedro de Alcântara. O processo de constituição do Brasil se deparou com os impasses políticos de Portugal, que conseqüentemente provocaria profundos impactos no processo de construção de uma nação.

Após a constituição da regência em mãos de D. Pedro, surgiram 3 partidos: o regenerador, que pretendia a volta do Brasil à condição de colônia e apoiava-se na divisão armada sob o comando de Jorge de Avilez; o exaltado ou nativista, que incluía republicanos e maçons, como Ledo Correia, Januário da Cunha Barbosa, frei Sampaio e João Soares Lisboa: batia-se pela independência; e o Moderador, dos monarquistas liberais, com idéias separatistas; tinha a frente José Bonifácio. Como era fatal, associaram-se, mais tarde, Exaltados e Moderados. Tratavam de assegurar a unidade nacional. (BASTOS, 1969, p.21).

Os Portugueses anularam as instituições criadas por D. João VI no Brasil. As tensões políticas de Portugal e Brasil provocaram fatos que ficariam marcados como o “fico” de D. Pedro de Alcântara e as manifestações que ocorriam nas províncias do país. Em 7 de setembro de 1822, ocorreu a proclamação da república e auto-nomeação de D. Pedro como imperador do Brasil.

Com a república o Brasil aumentou sua produção industrial,

O novo conjunto de mudanças e as realizações da nação não dependiam do eu próprio

sucesso. Abguar Bastos, de forma crítica, nos fornece elementos esclarecedores quanto ao funcionamento do poder oligárquico no Brasil. Trata-se dos *Vícios Eleitorais e Oligárquicos*, que dá nome ao segundo capítulo da obra.

O autor faz uma abordagem sobre história do sistema eleitoral brasileiro, que desde a república até Washington Luís, sempre foi sinônimo de fraude e suborno. O controle das eleições sempre ficava a cargo das elites dominantes, que decidiam os resultados sem dar a mínima chance aos opositoristas. A participação da igreja católica também é registrada, através das paróquias, recrutavam eleitores, que ainda dependiam da renda salarial pra votar. O regime republicano embora tomasse outro direcionamento não se distanciou da monarquia, contudo, a nova ordem republicana defendia a descentralização, o federalismo e autonomia das províncias. A autonomia representaria uma nova condição para a vida das províncias, seguindo-se algumas campanhas contra o poder central e as explorações locais, da qual Assis Brasil destaca como exemplo, a campanha federativa do Rio Grande do Sul. Com a possibilidade de autonomia econômica, os estados criaram a mentalidade de autonomia partidária, havendo a divisão em vários organismos eleitorais, não havendo também articulação ideológica entre os partidos.

Os republicanos pediam a república, mas não sabiam o que queriam com ela. Os liberais lutavam pela federação, mas não iam muito além. Só uma circunstância, durante o império, pôde unir liberais e republicanos no mesmo campo: a abolição. Tratava-se de programas imediatistas, mas não se via um plano que enfrentasse o sistema político da nação e pretendesse superá-lo. (BASTOS, 1969.p.25).

Por um lado, devemos destacar o surgimento dos partidos políticos, uns contra e outros a favor da abdicação de D. Pedro I. Do outro, coloca-se como um grave problema a falta de representatividade e planejamento social, não havendo unidade política e interesses comuns a nação. Contudo, como menciona o autor, “a pedra de toque depois da revolução federalista, era a descentralização do poder público” (BASTOS, 1969, p.26). O autor também destaca o

distanciamento entre os intelectuais e a corte, não era intenção dos que estavam no poder abrir espaços para novas idéias e perspectivas para a situação das províncias.

O autor se refere aos partidos republicanos dos grandes estados como sendo clubes de profissionalismo político. Havia uma tendência clubista que se espalhou por todos os setores da sociedade, sejam republicanos, civis ou militares. As monarquias desmobilizavam qualquer tentativa de unidade partidária, O autor fala de uma surda revolta nos meios militares contra o profissionalismo político e os privilégios das oligarquias. Sílvio Romero nos descreve com agudeza a realidade das oligarquias do país em todos os seus estados.

A oligarquia do tipo familiar desdobrou-se no grupismo e do grupismo se transformou em partido. Mas eram miríades de partidos, porque eram miríades de chefes e chefetes, cada qual levantando bem alto a bandeira do clã. O que predominou, contudo, foi, sempre, o poder pessoal que depois, se confundiu com o chamado “princípio” ou regime de autoridade. (BASTOS, 1969, p.32).

Latifundistas e fazendeiros passavam a ser eleitos pelas câmaras estaduais e federais e avançavam no comando político. O autor destaca a importância da luta contra as oligarquias resultante da industrialização e urbanização do país, na ascensão da formação de uma nova sociedade. Com o desenvolvimento da indústria, com a crescente urbanização, que se acelerou com a república e teve ponto sensível no período presidencial de Afonso Pena, a ruptura das primitivas casamatas oligárquicas passou a ser o empenho dos detentores dos novos tipos econômicos. Hermes da Fonseca iniciaria a derrubada. (BASTOS, 1969, p.33).

As oligarquias seriam trituradas por violentas manifestações militaristas, que teve seu momento mais intenso de 1922 a 1930. Contudo, as oligarquias mudariam de forma, ganhando dimensões de grupos no controle dos estados. Uma série de brigas e conflito e instalavam pelo controle do país e os privilégios eram ameaçados. Os representantes dos estados mais fortes travavam uma grande batalha pelo domínio das terras. Depois têm-se início uma série de conspirações o que resultou na revolução de 30.

No terceiro capítulo, *Gênese e Evolução das Intervenções Militares*, o autor destaca o papel

do militarismo em seu sentido e significação comum, de sua existência e as atividades do militarismo no Brasil. Os militares, além de zelar pela normalidade social, econômica e política, tinham que suportar os caprichos e ambições de caráter pessoal das oligarquias. No primeiro momento, o autor descreve a participação militar na vida do estado, ainda como junta e milícia no período colonial. No segundo, destaca a ascensão da sociedade militar, unindo-se a causa portuguesa no Brasil, que travava um duelo com o clube federal. Um fator importante a ser mencionado foi a votação de uma carta constitucional contra o despotismo, realizada em 4 de agosto de 1820. Este acontecimento teve grandes influências sob os militares brasileiros, que mais tarde, devido a outros impasses, se pronunciariam. Dom Pedro foi o principal personagens dos primeiros embates entre a coroa e os militares portugueses. Antes do império surgia a maçonaria, que tinha sua estrutura formada de livres pensadores, jacobinos e a participação de militares. Autores como Domingos Rayol e Bernardo Pereira de Vasconcelos, registraram a ação das comissões militares que muitas vezes levou pavor e destruição sob a vida do povo nas províncias.

Com o resultado da guerra do Paraguai os militares se sentiram no direito de intervir politicamente nos assuntos do estado. A partir daí, os militares começam a se manifestar e defender sua “questão”. A própria proclamação da república foi um pretexto e sobretudo, quando começaram a defender o direito de ir a público, via imprensa e tribuna, manifestar suas inquietações contra o poder legislativo. Os militares acabaram sendo punidos e sofreram acusações por falta de conduta e indisciplina. Em 1882, ocorreu o caso do major Frias Vilar e em 1884, veio a tona os casos Madureira e Cunha Matos. Depois de uma tentativa de resolução do governo, as escolas militares se manifestaram novamente e o exército apoiou e se opôs contra o ministério da guerra, ministros e legisladores. Posteriormente, Deodoro da Fonseca foi deposto. Os militares voltavam a se unir e em 1887, o clube militar lançou a público uma mensagem protestando contra o emprego de elementos do exército nas perseguições de negros

fugidos. No fundo, era um apoio solidário à sublição dos escravos das fazendas paulistas.

Outro fator importante foi a assinatura da lei áurea em 1888. A chamada “ditadura republicana”, ganhou contornos filosóficos em suas ações, se colocando como anjo tutelar da nação. O governo libertou os escravos sem indenizar os fazendeiros, e avançando na sua nova doutrina, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, proclamava a república e bania o imperador.

O rompimento da hegemonia militar ocorreu a intervenção de outra força armada, a marinha. O almirante Custódio de Melo, se achando prejudicado pela dissolução da câmara feita por Deodoro, reagiu junto à esquadra e forçou a renúncia de Deodoro. Mas tarde, Custódio de Melo também perderia o poder. Outras revoltas em quartéis se sucederam e os desentendimentos eram cada vez mais freqüentes, seguidas de vários insucessos e massacres como *Canudos*. O militarismo foi perdendo sua força e várias tentativas de alcançar o poder foram fracassadas.

O autor destaca que a intenção militar na política foi mudando de objetivos na medida em que foram se alterando as relações de produção, que influenciou diretamente no comportamento da sociedade. Da defesa dos colonizadores, o corpo militar Português evoluiu para a resistência aos assomos da libertação nativista. O industrialismo nacional deu novos contornos a mentalidade à mentalidade militar e foi o divisor de águas com relação à hegemonia agrária.

No quarto capítulo, *O Problema da Terra e as Lutas Comercialistas*, o autor destaca com agudeza, a significação e representação da terra para o colonizador. Desde o início da colonização as disputas pelas terras sempre tiveram graves conseqüências que marcaram as seculares massacres sobre a população indígena. O autor menciona a política de integração de posse da terra e as formas de domínio, como as expedições dos desbravadores e o uso do gado para a ocupação de novas terras desarrendadas. Contudo, o autor destaca o surgimento de uma nova classe, a burguesia comercialista.

As disputas pelo acúmulo de terras ficavam cada vez mais acirradas, abrindo conflitos

entre famílias. Com isso, surgiram as primeiras aspirações regionalistas, que tinha como objetivo, defender as fronteiras contra a cobiça de outros. O autor menciona a revolta dos emboabas, que foi a irrupção de Portugueses, Pernambucanos e baianos contra Paulistas. As províncias que metiam de maior poder econômico, buscavam expandir seus territórios à força e a expansão geográfica inaugurava um novo ciclo na luta pela terra, que se transformariam em explosões nativistas.

O autor destaca o crescimento das edificações e das cidades, o aumento populacional, a criação de portos, a expansão do comércio e o aparecimento de uma classe burgo-marítima, que se colocava ao lado da aristocracia rural que por sua vez, declinava. Estas transformações foram de fundamental importância para o surgimento da primeira divisão do trabalho no Brasil. As antigas relações de comércio e negócio da sesmaria e do latifúndio sediam lugar para uma ampla relação comercial que se modernizava e avançava no tempo. Da luta dos Portugueses, que tentavam manter o monopólio contra a nova burguesia comercialista juntamente com os trabalhadores livres e índios surgem algumas revoltas que o autor destaca como a Revolta do Maneta e a Revolta dos Mascates (1711), a revolta dos Alfaiates (1796), e no Pará a Revolta dos Cabanos (1835).

O comércio ia se expandindo e dependia da industrialização para avançar e fomentar o sistema urbano. Da segunda metade do século XIX em diante, em decorrência das transformações, o Brasil ganhava uma nova configuração comercial livre com a valorização do mercado interno.

No quinto capítulo, o autor volta seu olhar para as questões revolucionárias do norte do Brasil, mais especificamente sobre a questão acreana. *O Acre e as Lutas pelos Marcos, Possessões e Fronteiras*, dá nome a este capítulo. Abguar Bastos destaca os principais acontecimentos que marcaram a história política e social do Acre. Os tratados assinados pelos colonizadores devido a preocupação em integrar vastas áreas com intenção de expandir os

territórios acabaram gerando conflitos entre Brasil e Bolívia. Na ocasião, o estado do Amazonas como região de fronteira, reivindicou as posses das terras que os bolivianos haviam ocupado. Cronistas e historiadores da questão acreana reconhecem as diligências metódicas, inteligentes e práticas desenvolvidas em benefício da região pelos bolivianos. Passaram a usufruir para o seu país as rendas aduaneiras antes recolhida pelo estado do Amazonas. (BASTOS, 196, p.63).

O Acre se tornou a grande questão entre os dois países. Na época o Acre exportava duas mil toneladas de borracha. O autor destaca alguns fatores que influenciaram diretamente na disputa do Acre. A falta de um acordo definitivo entre os dois países e o fato de que a área de ocupação boliviana representava maiores vantagens econômicas pela facilidade de navegação e o vasto manancial extrativista. O estado do Amazonas reivindicou alguma resolução por parte do poder central, questão que se complicou ainda mais com a abertura do Acre à navegação internacional. Aos pouco eram planejada ações armadas pela ocupação. Neste momento surge uma importante personagem da história do Acre, Luís Galvez y Rodrigues Arias. Galvez era um repórter que trabalhava em jornais do Amazonas e do Pará, fazia parte de uma junta revolucionária do Acre, organizada sob a direção de Joaquim Domingos Carneiro em 1899. Galvez desconfiava de possíveis pactos entre o governo boliviano e norte-americano. Desconfiava que a Bolívia abrisse seus portos aos norte-americanos em troca de apoio no conflito. Em seguida, Galvez firmou acordo com o governador do Amazonas Ramalho Júnior, onde organizou uma expedição armada sob o pretexto de exploração aos seringais da região.

No dia 14 de julho 1899 foi proclamada a república do Acre, sob o comando de Galvez com o auxílio de seus companheiros.

Novos limites foram decretados. Puerto Alonso, com o nome de Cidade do Acre, foi eleita capital do Estado Independente do Acre”. Uma bandeira foi oficializada: era dividida em dois triângulos retângulos, como dois galhardetes conjugados em sentido inverso um ao outro, verde o da parte superior, com uma estrela vermelha, e amarelo o da inferior. O novo estado apoiava-se numa junta revolucionária de 41 membros. (BASTOS, 1969, p.66).

Depois de muitos conflitos de resistência, Galvez foi deposto e viajou para a Espanha, falecendo em fevereiro de 1935. Outro personagem importante aparece, Plácido de Castro. Nascido no Rio Grande do Sul em 1873, aos poucos foi se envolvendo nas questões políticas do norte. Comandou várias revoltas armadas contra a Bolívia e donos de terras. Muitas disputas ainda foram travadas, com a participação também do Peru, mesmo depois do Acre ser uma área pertencente ao Brasil.

No sexto capítulo, *Formação Primária do Trabalho Industrial*, Abguar Bastos destaca os meios e como o Brasil chegou ao seu desenvolvimento industrial e o início da organização do proletariado urbano. O aparecimento das fábricas e sua expansão proporcionaram uma nova configuração social para o país. O contingente operário foi aumentando gradativamente e os parques fabris ficavam cada vez mais repletos de trabalhadores.

A ascensão do proletariado nas atividades urbanas se tornou, entretanto, dessa época e diante, de uma velocidade digna de nota: em 1938, o Instituto dos industriários anunciava um quadro ativo de 1 milhão de operários. (BASTOS, 1969, p.88).

O autor destaca figuras importantes como o Barão de Mauá, que incentivou o florescimento do espírito associativo voltado para a indústria e finanças. "O século XIX, economicamente, foi um corpo de três medidas: a produção agrária, o comércio litorâneo agregado aos portos e o início do fluxo de capitais industriais, em razão das obras de transporte e comunicações (BASTOS, 1969, p.88).

O século XIX foi o século da industrialização e se desdobrava em todo o país, sendo fundadas mais de 524 cidades em comparação com o século XVIII onde foram fundadas apenas quatro cidades. As novas estradas e ferrovias escoavam a produção para o litoral. De 1812 a 1822 foi uma época de intensas mudanças, este momento é classificado como o arquetípico do nosso industrialismo. Mesmo de caráter rústico, instalava-se em Minas Gerais a fábrica "o patriota", o nome já indicava sinais de autonomia, o país passava a produzir ferro líquido. O autor assim como no primeiro capítulo, destaca a importância da instalação da corte de D. João

VI no Rio de Janeiro, que abriu caminho às iniciativas mais ousadas no campo da industrialização, o que influenciaria nas campanhas de libertação do capital estrangeiro. As circunstâncias do espírito progressista que crescia no Brasil mesmo o país estando em guerra com o Paraguai, e como resultado, São Paulo se tornaria em a Manchester do Brasil. Neste período, aumentaram as construções, a população aumentava e se criavam novas cidades. Para a ligação com o nordeste, criaram-se estradas e trilhos para o escoamento da produção dos grandes centros industriais.

No sétimo capítulo, *Gênese Histórica do Movimento Operário*, o autor nos fornece um leque de informações elementares sobre o surgimento do movimento operário no Brasil. O autor destaca o grande crescimento urbano e da classe trabalhadora, decorrentes da industrialização e ao mesmo tempo, os trabalhadores começavam a reivindicar seus direitos. Em 1945, no Rio de Janeiro, aparecia o “*socialista*, periódico adepto às teorias de Fourier. Ainda que, de forma relativa, podemos destacar a evolução dos movimentos operários através dos órgãos de publicidade dedicados a causa, sediados em São Paulo.

Em 1845, na mesma cidade surge *O operário*, em 1889 circulava *O grito dos pobres*, em 1890 *O amigo do povo*, periódico dedicado a defesa do partido operário. Depois foram surgindo outros como *O Primeiro de Maio*, em 1892 circulava *O Jornal do Operário*, de João China. Em 1896 era a vez de *O socialista* “órgão do centro socialista de São Paulo”. Em 1898, escrito em italiano surgia *L`operário*. No mesmo ano surgia *O Trabalhador do Livro*. Em 1900 aparece *O Avanti*, órgão de propaganda socialista. Em 1901, *O lanterna*, “órgão da liga anticlerical”. Em 1905 surgia o *Jornal do Operário*, em defesa dos trabalhadores, o mesmo ano, *Terra Livre*, “órgão socialista e anarquista”. Ainda em 1905, vinha a público o *Novo Rumo*, periódico socialista de Alfredo Vasques. Em 1906 surgia o *La Parda Dei Socialisti*, editado pelo “círculo Karl Marx” de São Paulo. Em 1911, no Rio e Janeiro era editado *A guerra Social*, “periódico anarquista de João Arzena”. Em 1912 surge *O grito do Operário*, de Álvaro Viana, em 1913

mais um órgão anarquista, *A Propaganda Literária e Germinal*, jornal de Rodolfo Felipe.

O Brasil começava a formar seu proletariado. A economia e a mentalidade ruralistas ainda dominavam todos os setores de atividade. As condições pareciam não ser propícias ao desenvolvimento de um partido socialista, numa época em que o empregado ainda tinha possibilidade de alcançar o patronato, em vista do pouco volume de produção e das diferenciações dos tipos industriais. A um operário especializado era possível abrir uma pequena fábrica, porque maquinismo era primário e o capitalismo débil. Depois “da primeira guerra mundial isto se tornaria mais difícil e, depois de 1940, quase impossível”. (BASTOS, 1969, p.105).

Ao mesmo tempo, as relações de produção e os impasses entre o governo, partidos e indústria, geraram uma série de desacordos e conflitos na luta pela manipulação do poderio econômico do País.

No oitavo capítulo, *Efeitos da Guerra 1914-1918 nas Atividades Mecânicas*, o autor busca retratar as conseqüências da primeira guerra na economia mundial, a autonomia comercial, o imperialismo norte-americano sobre os países que iniciavam seu processo industrial, que nesta ocasião, inevitavelmente, o Brasil era dependente. A industrialização provocou a mudança na vida e mentalidade da população. O autor menciona o crescente êxodo rural deste momento, muitas famílias migravam para os grandes centros urbanos para a nova vida na cidade. A mão de obra do campo passava para as fábricas, deixando as cidades mais populosas e com diversos problemas. O fator foi a centralização econômica que gerou vários conflitos entre o sul agrícola e o norte industrial. Ocorreu a “marcha para o oeste”, em 1932. O norte agrícola também reagiu ao lado da ditadura contra o sul industrial. O autor destaca as alterações na economia do café e o açúcar, ao mesmo tempo em que no norte a borracha era descoberta e passava a ser sua grande fonte econômica. Durante a república e após a primeira guerra o Brasil se transformava e tinha um novo cenário e ao mesmo tempo, procurava se livrar das amarras do jugo colonial. Mudando-se a rotina, os hábitos e comportamento da nação.

AS REVOLUÇÕES E SEUS SENTIDOS

5 de julho de 1922 A Revolta do Forte Copacabana

O autor retorna às divergências entre o governo central e os militares. Nesta ocasião, em 1918, Nilo Peçanha lançou a candidatura de Rui Barbosa para suceder a Rodrigues Alves. Rui proclamou a necessidade de uma revisão constitucional, o que não agradou os políticos graduados que teriam que apoiá-lo. Por evitar as convenções oficiais e atacar diretamente as forças majoritárias, Rui Barbosa, teve seu nome substituído por Epiácio Pessoa, o que resultou em dois candidatos, sendo que Rui Barbosa seria a oposição.

Em 1919 Epiácio Pessoa assumia o poder. Rui Barbosa é uma figura central para que houvesse a revolução do forte. Ele defendia o anarquismo, combatia com fervor as oligarquias e defendia a organização social do país, buscava um país democrático, tinha o apoio do Clube Militar e Hermes da Fonseca. Hermes da Fonseca é outra figura importante neste processo. O autor destaca-o como sendo “a mola subjetiva” mais preponderante da segunda fase dos episódios históricos ligados à ação militarista.

Na noite de 4 para 5 de julho, levantou-se a guarnição do forte de Copacabana, sob o comando do filho do marechal, capitão Euclides Hermes da Fonseca, parte da tropa do 1R.I. E da Escola Militar do Realengo. Ao mesmo tempo, no longínquo Mato Grosso, Clodoaldo da Fonseca, a frente de toda guarnição, respondeu ao apelo revolucionário da fortaleza insurreta. (BASTOS, 1969, p.1399).

Não conseguindo o apoio dos demais quartéis, o capitão Euclides, ao tentar se render foi preso e acabou dando baixa a revolução, fato que não cessou a revolta. Alguns militares recusavam a liberdade, entre eles, Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. No dia 6 de julho Siqueira Campos organizou um grupo com apenas 18 homens para enfrentar as forças legais, onde inevitavelmente foram derrotados. Outras revoltas que serviriam de apoio também fracassaram. Abgvar Bastos destaca que depois da rebelião de Copacabana vários fatos foram se sucedendo de maneira a aprofundar a anarquia imperante no Brasil. A prisão do Marechal Hermes da Fonseca em 1922, foi o pretexto para a eclosão motim do forte de Copacabana. Em 1924 sente-se ainda a influência do velho marechal, que teve participação efetiva nos movimentos revolucionários no Brasil.

A REVOLTA SERTANEJA

O autor destaca que as guerras do sertão foram movimentadas por apetites econômicos, políticos e preferências de mandonismo. Numa região cheia de contrastes sociais, abandono e pobreza, prevalecia o poder das oligarquias de famílias na disputa por terras e feudos. Coronéis e fazendeiros mantinham o domínio político no sertão. O autor aborda alguns acontecimentos que antecederam a revolução, logo no início do século XX. Alguns nomes são destacados como o de Horácio de Queirós, dono de terras, que procurava o diálogo, Manoel de Alcântara Carvalho, que tomou partido pelos Matos e apoiava as decisões e ajudou a projetar Horácio de Matos, que neste caso, dois fatos foram de grande importância para sua projeção, a ponto de não se ver outro nome para comandar a revolução sertaneja de 1920. Duas guerras dariam renome aos Matos: a guerra do campestre e da barra do Mendes. Por vingança a morte de Vitor Matos, a mando de Virgílio Chaves, que se refugiou em Campestre, que se iniciaram as já anunciadas batalhas entre os Matos e Manoel Fabrício de Oliveira, chefe de Campestre.

Criaram-se duas facções, os Mandiocas, dos Matos e os Mosquitos, o grupo de Fabrício de Oliveira. Na batalha, Campestre em desvantagem foi cedendo até a intervenção do governador J.J.Seabra, que mandou que Horácio de Campos suspendesse as hostilidades com a promessa da apurar o crime contra Vitor de Matos, o que não aconteceu.

Depois de quatro meses de luta e ocupando o forte vermelho, que era o mais terrível, Barra foi vencida. Militão e seus homens se refugiaram nas matas distantes, porém o chefe da Barra foi o salvador e voltou para desforra com 150 soldados e sua jagunçada. Derrotada pelos mandiocas, a força policial, não restou a militão senão o ostracismo.(BASTOS, 1969,p.151).

Firmava-se o império das armas comandado por Horácio de Matos e os Mandiocas iriam começar a grande Revolução Sertaneja. Ao candidatar-se novamente a governador da Bahia,

J.J.Seabra acendeu o estopim que deflagraria a revolução. Na oposição estavam Rui Barbosa, Miguel Calmon, os irmãos Mangabeira, Pedro Lago, Simões Filho e outros. Na tentativa de afastar Seabra da candidatura, foram buscar Horácio de Matos para chefiar um movimento que passando do sertão para a capital, obrigasse o governo federal a intervir no estado.

A revolução começou com a ocupação da cidade de Macaúbas e remédios, porém não havia unanimidade, em virtudes das rixas ainda quentes entre Mandiocas e Mosquitos. Coube àqueles, o privilégio da insurreição da jagunçada, num novo tipo de luta, não mais entre chefes regionais, mas numa cartada mais ampla, por atingir ressonância nacional. (BASTOS, 1969, p.152).

Os Matos sempre possuíram riquezas e foram grandes operadores de diamantes. Depois de um período, Horácio de Matos, na ânsia de continua mantendo o poder absoluto, reiniciou a batalha entre Mandiocas e Mosquitos. Manoel Fabrício mantinha a resistência em Campestre. Os homens de Horácio de Matos avançavam ocupando as cidades, quando Eptácio Pessoa resolveu intervir no estado, enviando um representante para tentar resolver os impasses. Horácio de Matos se dispôs a colaborar, depois foi beneficiado, ficaria com as armas e no comando de 12 municípios, além de ter direito de indicar duas vagas para deputado federal. Manoel Fabrício que continuava na resistência foi retirado e se recolheu em Salvador. J.J.Seabra foi empossado governador da Bahia e nomeou Horácio de Matos para o cargo de delegado regional, cargo que exerceu por dois anos. Contudo, Campestre não havia se rendido totalmente, os homens de Manoel Fabrício voltaram a atacar Horácio de Matos e houve reação. Com a revolução de 30 Horácio de Matos foi obrigado a se desarmar. Se poderio chegava ao fim, enquanto os revolucionários de 30 estavam dispostos a acabar com as oligarquias sertanejas. Em 15 de maio de 1931, Horácio de Matos foi assassinado em Salvador. Morria o grande chefe da revolução sertaneja.

A Revolta Gaúcha de 1923

Abguar Bastos destaca os fatos que devido às divergências políticas, iniciavam-se os conflitos entre os candidatos ao governo do Rio Grande do Sul.

Borges de Medeiros, quatro vezes governador do estado, pretendeu eleger-se pela quinta vez. Do outro lado, Assis Brasil, que era do partido federalista também candidata-se. Borges de Medeiros não tinha o apoio do governo federal, já que tinha se oposto a candidatura de Artur Bernardes. Do contrário, Assis Brasil havia apoiado Bernardes e alimentava a idéia de diálogo com a possibilidade de retornar a influência do Rio Grande do Sul nas decisões nacionais. Borges de Medeiros foi declarado vitorioso com 106 mil votos, enquanto Assis Brasil tinha 34 mil. A reeleição só poderia ser consagrada se os opositoristas obtivessem menos de 34 mil votos. A diferença era pequena e logo se desconfiou de fraude. Depois de vários protestos, o caso fo levado a um tribunal que seria presidido por pelo próprio Artur Bernardes, que recusou as acusações de fraude e Borges de Medeiros foi empossado.

Era a revolução de 23, que ia sacudir novamente as coxilhas no redemoinho da guerra, a atirar gaúchos contra gaúchos, “maragatos” contra “chimangos”, “parlamentaristas” contra “presidencialista”, “federalistas” contra “republicanos”, enfim, homens de Assis Brasil contra homens de Borges. Os antigos espetros, que haviam justificado as velhas guerras, ressurgiram nos pampas ao clarão dos fogos da brigada. (BASTOS, 1969, p.158).

. Depois de vários conflitos e revoltas, em 15 de dezembro de 1923 foi firmado o Pacto das Pedras Altas, encontrando-se neste grupo, Borges de Medeiros, Setembrino de Carvalho, Assis Brasil e outros. Os federalistas impuseram leis e regras que foram aceitas até antes da revolução, quando Getúlio Vargas assumiu o governo e manda prender Borges de Medeiros numa ilha.

A Revolução Cultural

Abguar Bastos destaca as mudanças e os efeitos da revolução cultural no Brasil. Como o autor sugere, quando o sentimento artístico deveria brotar inesperado ou surpreendente e mesmo

brutal, como primeiro passo para a descolonização da cultura. No Brasil, teria começado com a “semana de arte moderna” de 1922. O autor menciona o fato de antes do ciclo revolucionário militar da década de 20 e 30, desencadeava-se a revolução cultural, que passou por um longo processo que veio dos desenhos de Anita Mafalti, Tarcila do Amaral e adiante com Portinari e toda a influência do modernismo nas artes e na vida social.

O modernismo tinha suas contradições. Queria-se combater a arte de importação, mas ao mesmo tempo, as influências das escolas européias eram inevitáveis, o que levou muitos intelectuais e artistas procuravam dar ênfase as coisas do Brasil, do seu povo, o homem e suas realidades locais. E isso foi conseguido, com a descida ao folclore e o romance social, à crítica explosiva e a revolução musical e pictórica.

O autor menciona que com o eufórico industrialização no mundo e com os resultados da primeira guerra, dois sentimentos se impunham: o da construção e o da substituição. Dentro das novas possibilidades abertas pela idéia de modernidade, o país se voltava para tratar da questão cultural. Procurava-se separar as confusões entre o “modernismo”, “brasilidade” e futurismo. Os modernistas não eram considerados autênticos devido às influencias da vanguarda européia. Por outro lado, a “brasilidade” era voltada para a idéia de um Brasil puro, capaz de olhar para dentro de suas raízes e história. No Amazonas, por exemplo, surge a revista Equador, sob o comando de Clóvis Barbosa, que tinha como finalidade transportar para a arte as coisas da Amazônia. Da “semana de arte moderna” em São Paulo, entre vaias e aplausos, surgia o desafio de uma nova mentalidade. Universalizavam-se os conceitos restritivos de nosso tipo de civilização, eliminaram-se os conflitos entre o interior e o litoral. Fatos como estes foram desencadeando pesquisas no campo econômico, social, cultural e artístico.

Abguar Bastos frisa os resultados gerados pelas diferenças econômicas que mostravam os dois níveis de condição de vida e de classes no Brasil. As revoluções políticas e artísticas fixaram as duas realidades revolucionarias da época: a insurreição dos quartéis contra a política do governo

e a do romance social contra a pobreza.

O autor relata que as duas epopéias, a do Forte de Copacabana e da Coluna Prestes, induziram escritores, poetas e pintores a romper igualmente com o que passou a ser uma falsa adequação ao sentimento brasileiro.

Não tendo sido possível transportar para o romance os heróis da grande marcha, pelas implicações políticas que se desdobraram antes e depois de 1930, o romance social elegeu o povo como seu principal herói, fixando seus sofrimentos e as suas lutas nos engenhos, nos garimpos, nos castanhais, nos seringais, nas fazendas, nos rios, nas matas e nas cidades. (BASTOS, 1969, p.165).

Havia em nosso lastro literário a crise da epopéia. Dos heróis, nunca demasiadamente grandes, do nativismo, a literatura buscava, com afã, os heróis do nacionalismo. Os heróis do nativismo, como Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Poti, Filipe dos Santos, Tiradentes, e todos os demais que lutaram para libertar o povo da opressão estrangeira, tiveram sempre características regionais, atuaram nos limites de suas províncias, e suas projeções, fora desses limites, resultaram mais de efeitos psicológicos do que mesmo do grau alevantados das façanhas. (BASTOS, 1969, p.166).

Havia uma busca incessante do herói nacional, não só na política como no romance, daí a ausência de “brasilidade” nas criações. Muitas vezes, quando se mencionava o índio e o negro era de forma passageira e sem grandes feitos revolucionários que refletissem as ânsias do povo. O autor diz que tínhamos belos romances, mas poucos romances heróicos, e todos, afinal, fragmentários quanto ao problema da síntese emocional Brasileira. O autor menciona que o ranço colonial do feudalismo econômico ainda acalentava formas insistentemente passadistas, obscurantistas e retrógradas, que deviam ser superadas por um movimento de fôlego. A revolução estacionara. Muito se esperava de Prestes e seus companheiros e muitos reclamavam de uma falta de unidade revolucionária capaz de atingir todos os limites do país e integrar a nação em prol de uma revolução mais completa.

Outro fator importante é que a semana moderna e a revista *Claxon* nasceram dentro dos muros do industrialismo, pois não sendo uma atitude proletária, o modernismo colocava-se

como uma arma anti-burguesa que ajudou a influenciar todo o nordeste.

1922, culturalmente, foi o ano da “revolta dos anjos”. Uma revolução que nascia nos palacetes, entre snobes, cavalheiros viajados, senhoras que falavam francês, poetas chegados de Paris, aristocratas do café. Mas não deixou de ser uma revolução municiada de irreverência, sátira, polêmicas e escândalo. (BASTOS, 1969, p.172).

Era a decantação da cultura. Segundo o autor, o fenômeno modernista não foi outra coisa senão a luta interior pela incorporação de um ideal que procurava forma e a revelação de um herói. A modernidade trouxe uma nova condição de pensamento e mentalidade, embora as vertigens das oligarquias ainda aparecem. As cidades industriais tiravam do campo seus trabalhadores, que levantaram suas bandeiras revolucionárias da cultura literária, política e da cultura social.

A revolução cultural buscava revelar uma identidade, uma criação própria nascida e desenvolvida a partir da realidade do país. Contudo, como o autor deixa claro, as influências estrangeiras provocaram enormes modificações tanto no campo econômico, político, social e cultural. Devido a isso, o Brasil não teve uma liberdade criadora autônoma para tentar construir sua própria história e se livrar das amarras das influências colonizadoras e a partir daí, buscou, muitas vezes de forma desamparada, através de outras manifestações que não se limitaram apenas com a semana de 22, mas que, sobretudo, buscou-se dar mais ênfases para as coisas esquecidas e que simplesmente se manifestaram da dificuldade e da nossa resistência histórica.

A coluna Prestes

Neste capítulo o autor destaca o aparecimento da Coluna Prestes juntamente com sua importância, seu ideal revolucionário e patriótico, comandados pela pessoa do capitão Luís Carlos Prestes.

Em 28 de outubro de 1924, após um plano de tomada, aconteceu o levante do 1 B.F.V. Foi o primeiro movimento de muitos que ocorreram em várias regiões do Brasil, de norte a sul. Ocorreu que com a união da divisão revolucionária de São Paulo e a divisão do Rio Grande do Sul, surgia a “Coluna Prestes”.

Luís Carlos Prestes e seus companheiros avançavam pelo território nacional fazendo a revolução. O autor menciona a ousadia, a coragem e as estratégias de Prestes, reconhecido pelos seus próprios inimigos como sendo um grande líder. É surpreendente os efeitos da coluna Prestes em todos os estágios da revolução e os efeitos de sua passagem pelo norte, sudeste e nordeste. O autor menciona o fato de outros sentimentos que enredavam naquela hora o próprio sentimento revolucionário do jovem oficial gaúcho, de modo que levou a reunir armas com outros grupos do Paraná e São Paulo para a formação do grupo.

O papel de Prestes permitiu que a insurreição de 24 não ficasse amputada no seu ponto mais expressivo, que era o de reunir sob a mesma bandeira, durante dois anos e sete meses, homens bravos que tiveram um compromisso político-sentimental.

A depressão econômica do país, os recaudos da campanha da “Reação Republicana”, a “questão militar” de 1921, o pronunciamento criminal dos revoltosos de 1922, o fracasso da revolução do Paraná, a derrota dos maragatos na tentativa de deposição de Borges de Medeiros, o conceito revisionista e democrático de Rui, as tendências antioligárquicas de Hermes, foram os elos históricos da corrente de fogo que arrastou a coluna Prestes. (BASTOS, 1969, p.203).

Todos os caminhos percorridos e as grandes batalhas ilustram bem em nossa história a luta desses homens pela libertação contra a tirania e pelos direitos democráticos do país.

A Aliança Liberal e a Revolução de 1930

Depois do trunfo pré-industrial e das grandes exportações, o Brasil encontrava-se com graves problemas econômicos e sociais, com a crise do café e o constante crescimento do

proletariado os problemas se agravavam. A fase de prosperidade chegava a seu fim, o país estava diante de problemas que estava certo de que iria acontecer, mas infelizmente, o desajuste da política nacional e estrangeira fechou os olhos para as possíveis mazelas frutos do crescimento urbano e da industrialização.

As exportações cessaram e vários países ainda se recuperavam da guerra de 14 e, portanto, voltavam a despertar para os mercados mundiais. Todos queriam correr atrás do prejuízo causado pela guerra, da qual, num primeiro momento, o Brasil foi beneficiado. Este fator repercutiu numa série de problemas econômicos e administrativos que se ampliaram mais ainda com a crise de 29.

CONCLUSÃO

Este estudo busca trazer a lume e para o debate as questões relacionadas ao processo de modernidade no Brasil. Esta interpretação se configura a partir do olhar de Abguar Bastos, a partir do entendimento da obra *História da Política Revolucionária no Brasil*, obra esta de caráter político e revolucionária em que, valendo-se das possibilidades de enxergar a fundo nossa realidade histórica, deu sua importante e original contribuição de entendimento sobre os processos e transformações da história política e de integração nacional do Brasil em seu caráter político, social e cultural. O autor direciona seu foco de análise para o início da colonização do Brasil e ao longo dos séculos conseqüentes de exploração e contradição.

A partir do surgimento dos primeiros movimentos de resistência contra a opressão estrangeira surge o nativismo, sentimento de raiz que fluiria para um sentimento de

nacionalismo e mais tarde iria gerar o *Processo de Emancipação da Nacionalidade*, que dá o título do capítulo de abertura da obra. A partir daí o autor percorre os caminhos que o Brasil percorreu e os diversos dilemas e controvérsias de sua história. No segundo capítulo, *Vícios Eleitorais e Oligárquicos*, o autor retrata os problemas cruciais que impediram durante muito tempo a possibilidade de avanço social e cultural da população brasileira que se formava em meio a grandes contrastes de divisão social e geográfica.

No terceiro capítulo *Gênese e Evolução das Intervenções Militares*, Abguar Bastos relata a função das juntas militares e milícias que deram origem a força militar no Brasil e os motivos pelos quais foram obrigados a intervir, muitas vezes de forma violenta nas decisões do país. O autor ainda destaca a participação das forças armadas em retaliação ao mandonismo e abuso de poder, que propiciaram uma série de revoltas nos quartéis e em diversos estados. No quarto capítulo, *O Problema da Terra e as Lutas Comercialistas*, o autor destaca o principal fator de toda invasão estrangeira e o processo de ocupação das novas terras da colônia e suas divisões. Adiante, menciona as lutas e guerras travadas pela integração e posse da terra em todas as províncias do país e nos lugares mais remotos, onde o que também estava em jogo eram as pedras preciosas.

No quinto capítulo, *O Acre e as Lutas Pelos Marcos, Possessões e Fronteiras*, o autor volta seu olhar para o norte, mais precisamente para os problemas que envolveram a integração de posse da terra e as guerras que aconteceram por causa do seu potencial extrativista, em que o Estado do Amazonas teve participação na tentativa de reivindicar o controle e a posse da região. No sexto capítulo, *Formação Primária do Lastro Industrial*, o autor destaca o início da pré-industrialização do país e as mudanças de ordem econômica e as modificações que o urbanismo provocou nas cidades que se industrializavam.

Dando seqüência, no sétimo capítulo, *Síntese Histórica do Movimento Operário*, Abguar Bastos, dá ênfase a todo esse resultado do processo de industrialização do país, principal

fator do surgimento do movimento operário das grandes cidades e posteriormente passando a influenciar o envolvimento de outras categorias além da criação de jornais, periódicos socialistas e anarquistas, sindicatos, juntas e leis de amparo ao trabalhador. Outro ponto crucial para o desenvolvimento econômico do Brasil foram os *Efeitos da Guerra nas Atividades Mecânicas*, título do oitavo capítulo. Foi quando, favorecido pelos resultados da guerra de (1914-1918), o Brasil passava a receber incentivos econômicos nos vários setores de desenvolvimento, ainda fortalecido pelas exportações e a valorização do seu produto interno.

No nono capítulo em diante Abguar bastos trata das revoluções que foram de fundamental importância para o desenvolvimento de alguns setores e principalmente contra o poder das elites oligárquicas que governavam o país. Em 1922 ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, uma revolta armada contra as hostilidades e abusos administrativos dos governantes e políticos. Em 1920 ocorreu a Revolução Sertaneja, que foi a luta travada pelos oligárquicos do estado da Bahia e os representantes dos jagunços trabalhadores que também lutavam pelos direitos de mando das terras no nordeste. Passamos também pelo levante da cidade de São Paulo em 1924 e adiante A coluna Prestes, comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, grande revolucionário que lutou com outros homens pela libertação das castas do agrarismo, da escravidão e pelas melhores condições de vida civilizatória da população Brasileira. Comunista, Prestes era um inimigo ferrenho das oligarquias e da tirania que assolavam o país, sem dúvida, um dos principais nomes da revolução brasileira.

Destacamos também A Aliança Liberal e a Revolução de 1930, uma parte fundamental da história do país, que decorrentes das divergências políticas que resultaria na revolução de 30 e mudaria os rumos e a perspectiva políticas, econômicos, sociais e culturais do Brasil.

No segundo volume, Abguar Bastos discorre sobre os resultados de todo o processo de

modernização do país e a nova fase que se iniciava diante das contradições da nova sociedade industrial em meio aos seus dilemas sociais e políticos marcados por profundas crises de um país em dificuldades. As crises abalaram a economia nacional. A crise de 29 nos Estados Unidos atingiu o mundo e o Brasil, que antes era um beneficiário e um parceiro econômico, se encontrava com grandes prejuízos econômicos que se espalharia por outros setores gerando grandes contradições sociais, ditaduras, guerras, lutas internas e golpe de estado.

História da Política Revolucionária no Brasil é uma obra de cunho socialista, extremamente embasada nos fatos e cuidadosamente relacionada com a história da sociedade Brasileira, em seus diversos lugares desde os primeiros manifestos nativistas até o presente momento e que nos faz refletir sobre nossa verdadeira condição histórica e de existência. Esta obra, de grande originalidade traz para o público um excelente material para os que desejam desvendar as realidades existentes no limiar da construção de nossa história revolucionária.

4. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Partimos do reconhecimento de que há necessidade de buscarmos novas abordagens e transformá-las em procedimentos de análise e interpretação. Neste sentido consideramos que a interpretação de textos ganha novas possibilidades de esclarecimento através do método hermenêutico, tal como tem sido formulado e adotado por autores como Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Abguar. **História da Política Revolucionária no Brasil**. Vol.1e2. Coleção Temas brasileiros N0 9. Ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1969.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de Teoria e História Literária- 80ed. São Paulo. T.A.Queiroz, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológico. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- LAWN, Chris. **Compreender Gadamer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GADAMER, Hans-georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 9 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, Bragança Paulista/ SP: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- _____. **Verdade e método II**: complementos e índice. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2002.
- GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 60 Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- IANNI, Octávio, 1926-2004. **A idéia de Brasil Moderno**/ Octávio Ianni.—São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**: A evolução política de Lucács. LECH - Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. Editora 34, São Paulo, 1997
- _____. **A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias**. São Paulo: Globo, 2008.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**; Petrópolis, RJ, Vozes, 2009
- PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: 200 Ed. São Paulo, Brasiliense. -1987.
- _____. **A revolução Brasileira**: 50 ed. Editora Brasiliense, 1977.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1), Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- _____. **Tempo e Narrativa** (tomo 2), Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- Vozes a Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro/ Élide Rugai Bastos e Renan Freitas Pinto, organizadores. -Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

